



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639127 - SC (2021/0004776-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : SANDRO LEONARDO SANDRINI (PRESO)
CORRÉU : EMATEUS MARCOS FERREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SANDRO LEONARDO SANDRINI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (N. 5001505-90.2020.8.24.0067).

O paciente foi condenado à pena de 8 anos e 9 meses de reclusão em regime inicialmente fechado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que "o aumento da pena-base — ainda que no patamar mínimo de 1/6 sobre a pena mínima, o que já equivale a 10 meses de reclusão — é absolutamente ilegítimo e desproporcional, na medida em que, a despeito de a natureza da cocaína ser considerada 'nociva' (embora evidências científicas demonstrem ser infundada a demonização, porque os problemas com a droga não decorrem de propriedades particularidades da substância em si, mas sim das oportunidades econômicas da maioria de seus usuários), a quantidade apreendida foi ínfima. E, em relação à maconha, como citado, além da pequena quantidade, esta é substância psicoativa de baixa nocividade, inclusive inferior ao álcool e ao tabaco, que são legalizados" (fls. 8/9).

Requer, em pedido liminar, a suspensão do excesso de pena impugnado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para "REDUZIR a pena imposta ao Paciente, afastando a valoração negativa da circunstância da natureza/quantidade da droga (Lei 11.343/06, art. 42), em virtude de ínfima quantidade de droga apreendida" (fl. 11).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente